

COMPARATIVO DOS DADOS CENSITÁRIOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA INCLUIR AOS DIAS ATUAIS

COMPARACIÓN DE LOS DATOS CENSURALES DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN BRASIL DESDE LA IMPLEMENTACIÓN DEL PROGRAMA INCLUYE HASTA LOS DÍAS ACTUALES

1

Etiene Paula da Silva DINIZ¹Aline Maira da SILVA²

Resumo: O presente trabalho tem como tema a inclusão dos estudantes PAEE no ensino superior. O objetivo do estudo é apresentar um comparativo dos dados censitários da Educação Superior no Brasil e no Mato Grosso do Sul entre 2013 e 2017. Como metodologia foi utilizada a pesquisa documental com o levantamento dos dados do censo da Educação Superior no site do INEP, no que tange: o número de instituições; sua organização e distribuição; o número geral de matrículas; o número geral de concluintes; o número de matrículas de estudantes PAEE no Brasil, na região Centro-Oeste e no estado de Mato Grosso do Sul. Como resultados, observou-se uma diminuição no número das IPES brasileiras, mas em relação ao Mato Grosso do Sul o número permaneceu o mesmo. O número de matrículas e concluintes geral apresentou um leve aumento. Do mesmo modo percebeu-se aumento no número de matrículas dos estudantes PAEE nas IPES brasileiras, no Centro-Oeste e no MS, mas ainda o número total não é significativo.

Palavras-chave: Ensino Superior. Educação Especial. Inclusão.

Resumen: El presente trabajo tiene como tema la inclusión de estudiantes PAEE en la educación superior. El objetivo del estudio es presentar una comparación de los datos del censo de Educación Superior en Brasil y Mato Grosso do Sul entre 2013 y 2017. Como metodología, se utilizó la investigación documental con la encuesta de datos del censo de Educación Superior en el sitio web del INEP, en que corresponde: el número de instituciones; su organización y distribución; el número general de inscripciones; el número general de graduados; el número de matrículas de estudiantes PAEE en Brasil, en la región Centro-Oeste y en el estado de Mato Grosso do Sul. Como resultado, hubo una disminución en el número de IPES brasileños, pero en relación con Mato Grosso do Sul el número se mantuvo mismo. El número de matrículas generales y graduados mostró un ligero aumento. De la misma

¹ Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/UFGD). E-mail: etienediniz@ufgd.edu.br

² Doutora em Educação Especial e Professora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGEdu/UFGD). E-mail: alinesilva@ufgd.edu.br

maneira, hubo un aumento en el número de matrículas de estudiantes PAEE en el IPES brasileño, en el Centro Oeste y en MS, pero el número total aún no es significativo.

Palabras-clave: Educación superior. Educación especial. Inclusión.

Introdução

É frequente o debate sobre a inclusão dos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE) no ensino superior³, especialmente a partir dos anos 1990, quando políticas públicas se voltam para a promoção do ingresso, da permanência e do sucesso acadêmico.

No presente estudo, será adotada a definição de PAEE que engloba os estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento⁴ e altas habilidades/superdotação, de acordo com a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – (PNEE-EI) (BRASIL, 2008).

Nesse cenário, a inclusão dos universitários PAEE enfrenta resistências e barreiras que precisam ser superadas. Trata-se de um processo lento e gradativo que exige das universidades uma transformação em direção a maior qualidade do ensino e na busca por melhores formas de atender as necessidades específicas desse alunado.

Mesmo diante das dificuldades encontradas ao longo das décadas de 1970 e 1980 no Brasil, era nítida a crescente procura pela Educação Superior, acima de tudo no período pós-ditadura militar (CABRAL, 2018), e após esse período começam as discussões sobre a inclusão dos estudantes PAEE nesse nível de ensino.

Os desafios enfrentados pelos alunos PAEE em seu processo de inclusão no ensino superior não podem ser considerados de forma isolada, já que outros grupos enfrentam dificuldades semelhantes na luta pela garantia de direitos e equidade de oportunidades nesse nível de ensino. De acordo com Santos (2012),

[...] cabe destacar como as desigualdades sociais advindas da condição de pobreza, cor, etnia, deficiência, dentre outras, interferem no acesso e na

³ O termo ensino superior foi adotado tendo em vista a esfera que a pesquisa abrangeu, que foram as universidades públicas.

⁴ A partir de 2013, tem-se adotado no Brasil o termo Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), conforme a quinta versão do Manual de Diagnóstico e Estatística dos Transtornos Mentais (DSM - V).

permanência de estudantes que manifestam diferenças socialmente negadas no contexto universitário (SANTOS, 2012, p. 395).

O presente trabalho constitui um recorte de pesquisa de mestrado. Nesta pesquisa, serão discutidos os dados do Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), trazendo um comparativo entre os anos de 2013 e 2017⁵.

3

Objetivo

O objetivo do estudo é apresentar um comparativo dos dados censitários da Educação Superior no Brasil e no Mato Grosso do Sul entre 2013 e 2017.

Método

Para atingir o objetivo proposto, realizou-se pesquisa documental (MARCONI; LAKATOS, 2007). Inicialmente, foi realizado o levantamento das sinopses da Educação Superior de 2013 e 2017. Para a localização das sinopses, efetuou-se busca no *site* do INEP.

Resultados

O estudo foi conduzido tendo como recorte de coleta e análise dos dados o estado de Mato Grosso do Sul. Contudo, importa contextualizá-lo em um cenário nacional, particularmente com base nos dados censitários da Educação Superior, no que tange: o número de instituições; sua organização e distribuição; o número geral de matrículas; o número geral de concluintes; o número de matrículas de estudantes PAEE.

De acordo com dados do Censo do INEP, no ano de 2013, o Brasil registrava 301 Instituições Públicas de Ensino Superior - IPES e em 2017 houve uma diminuição desse número para 296, sendo distribuídas nas esferas: federal (109), estadual (124) e municipal

⁵ As informações tiveram como referência periódica o ano de 2013, por ser o ano da implementação do Programa Incluir em todas as IFES brasileiras e, em 2017, por serem os últimos dados censitários do INEP.

(63). O Estado de Mato Grosso do Sul possuía quatro IPES em 2013, e em 2017 o número permaneceu o mesmo (três federais e uma estadual), de acordo com a Tabela 1. Dessas quatro IPES do Mato Grosso do Sul, três são Universidades e um Instituto Federal (IF) (INEP, 2013; 2017).

Tabela 1: Número de IPES brasileiras e no Estado de Mato Grossos do Sul.

Instituições	Brasil		Mato Grosso do Sul	
	2013	2017	2013	2017
Públicas	301	296	04	04
Federais	106	109	03	03
Estaduais	119	124	01	01
Municipais	76	63	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras, conforme dados do INEP (2013; 2017).

As 296 IPES brasileiras no ano de 2017, estão organizadas e distribuídas em: 106 universidades, oito centros universitários, 142 faculdades e 40 institutos federais e centros federais de educação tecnológica (CEFET), conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2: Organização e distribuição das IES Públicas no Brasil.

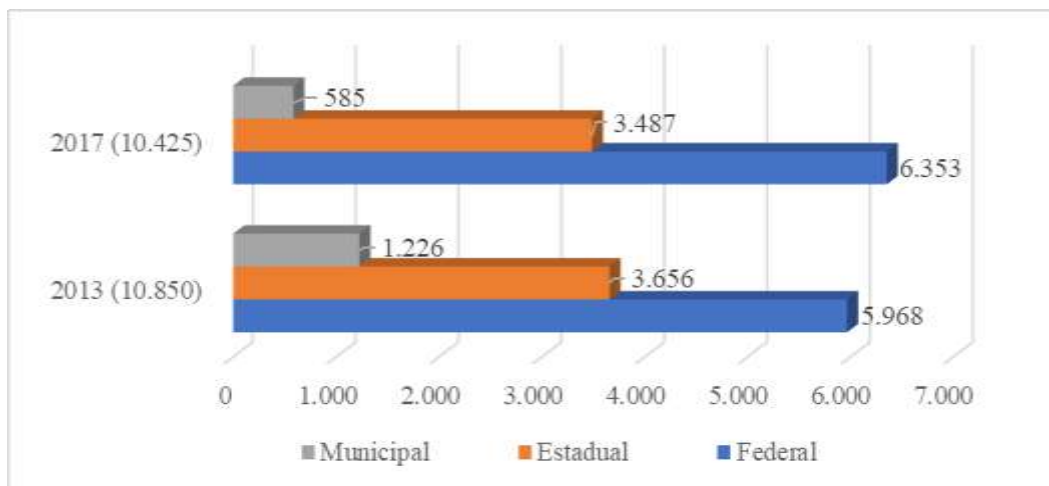
Instituições	Públicas	Federal	Estadual	Municipal
Universidades	106	63	39	04
Centros	08	-	01	07
Universitários				
Faculdades	142	06	84	52
IF e CEFET	40	40	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras, conforme dados do INEP (2017).

Em relação ao número de cursos, segundo a categoria administrativa das IPES brasileiras, em 2013 foi registrado 10.850 cursos, sendo 5.968 federais, 3.656 estaduais e 1.226 municipais. No que se refere ao ano de 2017, o número de cursos nas IPES diminuiu

um percentual de 3,91%, passando para 10.425, distribuídas em: 6.353 federais, 3.487 estaduais e 585 municipais, segundo o Gráfico 1 (INEP, 2013; 2017).

Gráfico 1: Número de cursos nas IPES brasileiras.

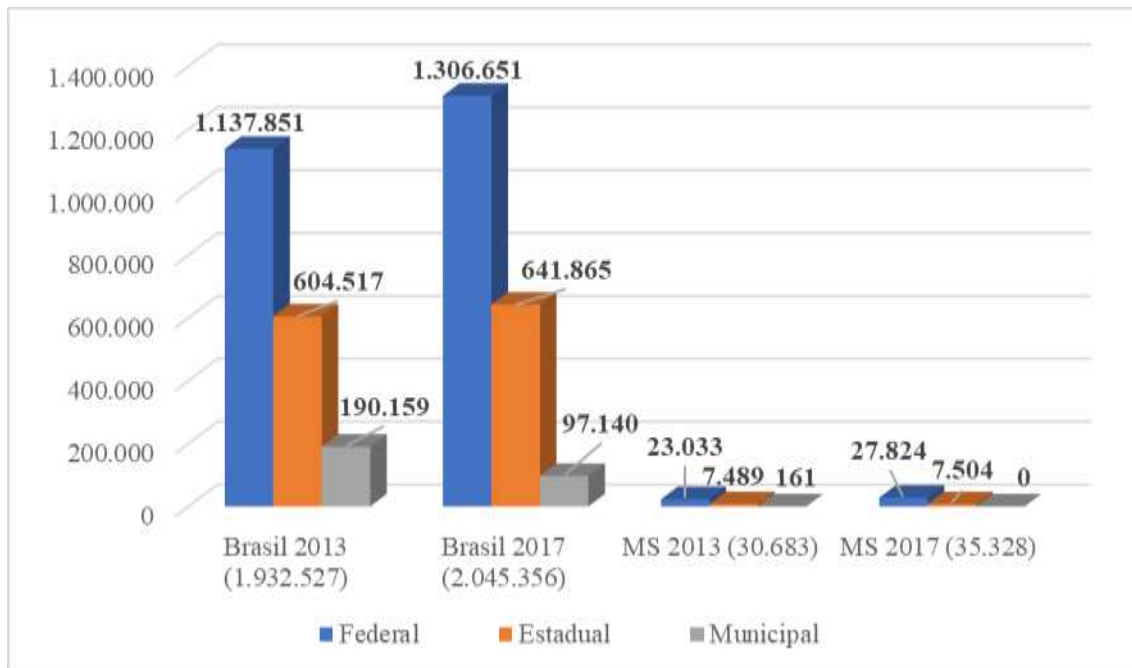


Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos dados do INEP (2013; 2017).

Entre os cursos das IPES brasileiras, no ano de 2017: 5.436 são de bacharelado (52%), 3.792 são de licenciatura (36%) e 1.197 de tecnólogo (12%) (INEP, 2017).

O número total de matrículas nas IPES brasileiras, no ano de 2013, era de 1.932.527: 1.137.851 em instituições federais; 604.517 em estaduais; e 190.159 em municipais. Em 2017, as matrículas passaram para 2.045.356: 1.306.351 em instituições federais; 641.865 em estaduais; e 97.140 em municipais, conforme mostra o Gráfico 2. Quanto às matrículas no Mato Grosso do Sul em IPES, em 2013 foi registrado o total de 30.683 (23.033 na esfera federal; 7.489 na esfera estadual e 161 municipal). Em 2017, o número de matrículas passou para o total de 35.328 (27.824 federal e 7.504 estadual) (INEP, 2013; 2017).

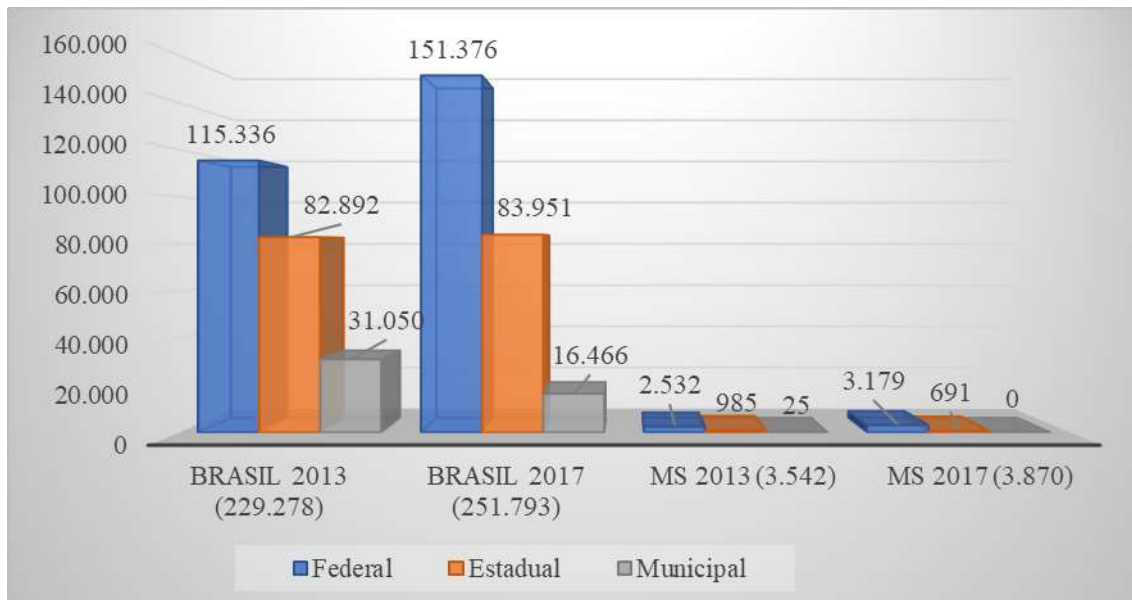
Gráfico 2: Número de matrículas nas IPES brasileiras e no MS.



Fonte: Elaborado pelas autoras, conforme dados do INEP (2013; 2017).

Ainda de acordo com o censo, o número total de concluintes nas IPES brasileiras, no ano de 2013 era de 229.278 (115.336 em instituições federais, 82.892 nas estaduais e 31.050 nas municipais). Por sua vez, no ano de 2017, o número de concluintes alcançou um total de 251.793 (151.376 nas instituições federais; 83.951 nas estaduais; e 16.466 nas municipais), de acordo com o Gráfico 3. No que se refere ao Mato Grosso do Sul, o número de concluintes das IPES em 2013 era de 3.542 (2.532 em instituições federais; 985 na estadual; e 25 na municipal). Quanto ao ano de 2017, havia 3.870 matrículas (3.179 nas instituições federais; 691 na estadual) (INEP, 2013; 2017).

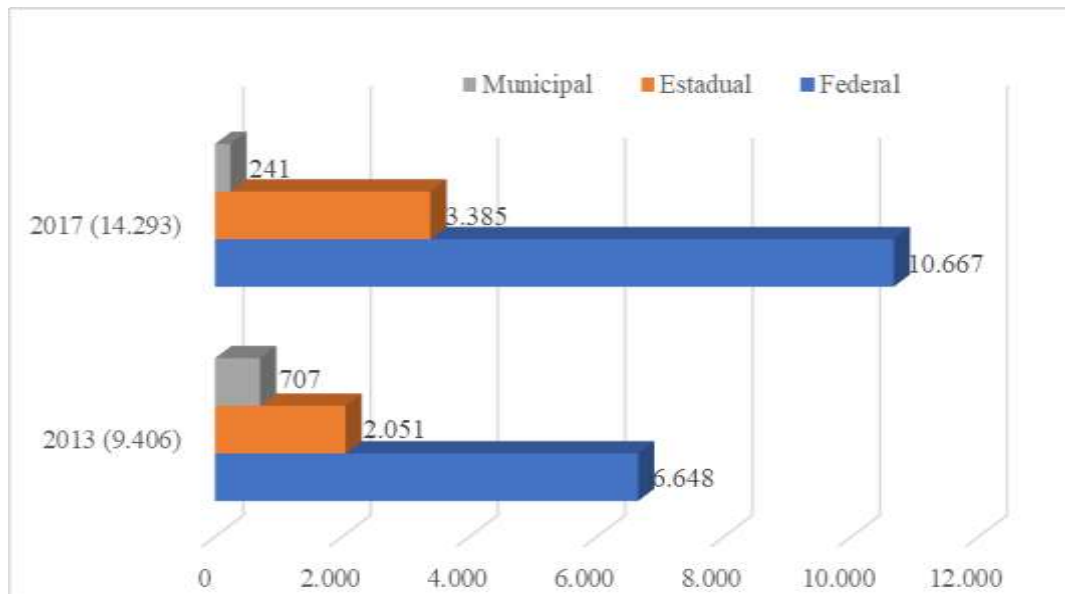
Gráfico 3: Número de concluintes nas IPES brasileiras e no MS.



Fonte: Elaborado pelas autoras, conforme dados do INEP (2013; 2017).

Por fim, quanto à matrícula de estudantes PAEE nos cursos de graduação (presenciais e a distância) nas IPES brasileiras, no ano de 2013 foi registrado um total de 9.406 matrículas (6.648 em instituições federais, 2.051 nas estaduais e 707 nas municipais). Em 2017, essas matrículas atingiram um total de 14.293: 10.667 nas instituições federais, 3.385 nas estaduais e 241 nas municipais, de acordo com o Gráfico 4 (INEP, 2013; 2017).

Gráfico 4: Matrículas dos estudantes PAEE nas IPES brasileiras.



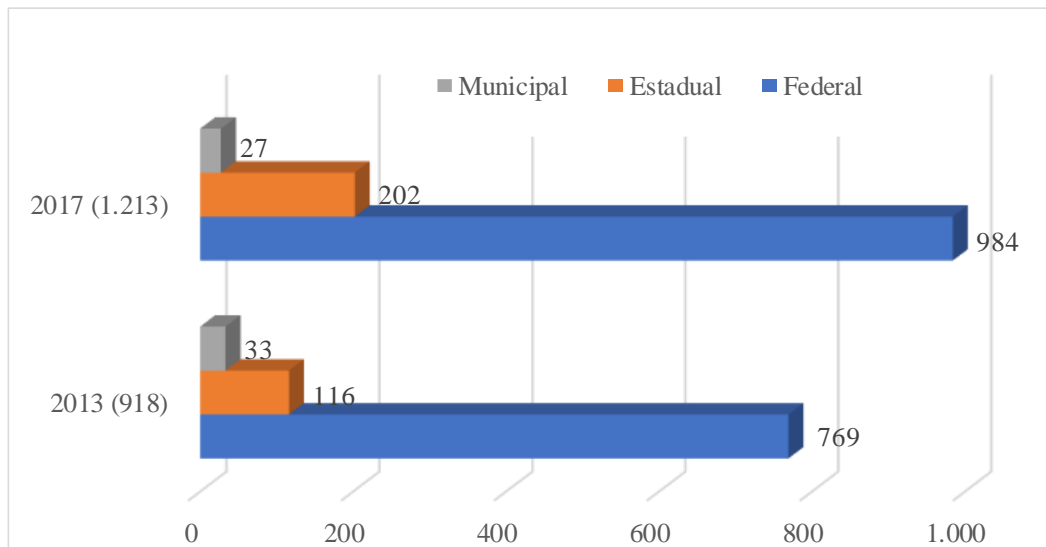
Fonte: Elaborado pelas autoras, conforme dados do INEP (2013; 2017).

Entretanto, observa-se que o número de matrícula de estudantes PAEE em IPES brasileiras, ainda é pequeno quando comparado à população geral. Em 2013 apenas 0,48% das matrículas no ensino superior públicas eram de estudantes PAEE, enquanto em 2017 o percentual apresentou um leve aumento atingindo 0,69%.

Considerando os dados apresentados, “[...] não podemos nem devemos nos acomodar no discurso de que a inclusão na universidade só ocorrerá se os estudantes universitários PAEE se autodeclararem”, é preciso criar e implementar mecanismos que possibilitem a identificação desses alunos enquanto durar a sua permanência no ensino superior (CABRAL; SANTOS, 2017, p. 109).

No que se refere ao número de matrículas de estudantes PAEE em IPES da região Centro-Oeste, em 2013 foram registradas 918 matrículas de alunos PAEE, distribuídas nas esferas federal (769), estadual (116) e municipal (33). Em 2017 esse número de matrículas foi de 1.213, sendo 984 na esfera federal, 202 na estadual e 27 na municipal, conforme podemos observar no Gráfico 5.

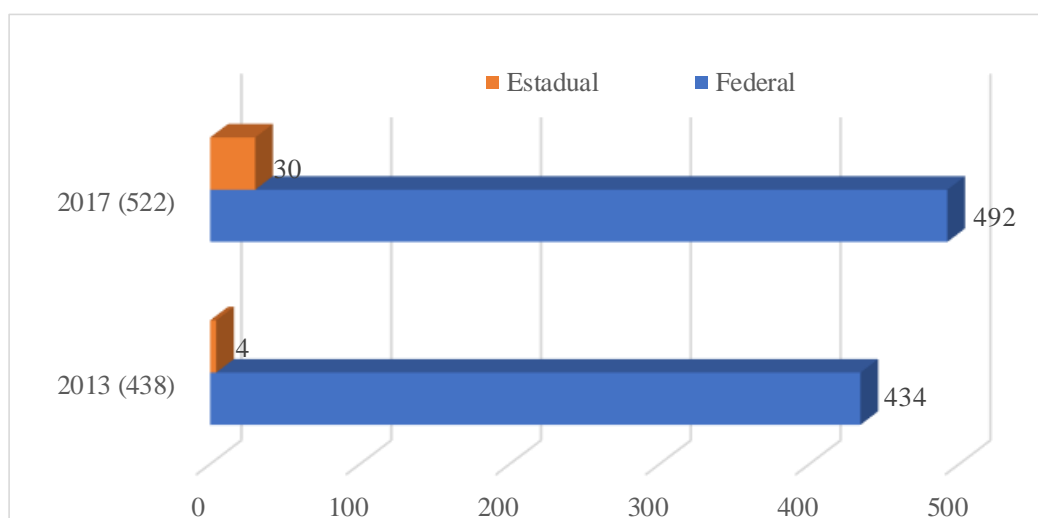
Gráfico 5: Matrículas dos estudantes PAEE nas IPES na região Centro-Oeste.



Fonte: Elaborado pelas autoras, conforme dados do INEP (2013; 2017).

Especificamente em relação ao estado de Mato Grosso do Sul, em 2013 registrou-se 438 estudantes PAEE matriculados nas IPES (434 em instituições federais e quatro na estadual), e mais recentemente, em 2017, o número aumentou para 522 estudantes (492 em federais e 30 na estadual), conforme evidencia o Gráfico 6 (INEP, 2013; 2017).

Gráfico 6: Matrículas dos estudantes PAEE nas IPES no MS.



Fonte: Elaborado pela autora, conforme dados do INEP (2013; 2017).

No que diz respeito à matrícula desses estudantes PAEE, por tipo de deficiência ou necessidade específica, o Quadro 1 apresenta o comparativo nos últimos cinco anos no Brasil, na região Centro-Oeste e no estado de Mato Grosso do Sul. Em 2013, entre as matrículas dos estudantes PAEE no Brasil, prevalecia a baixa visão (3.771), seguida pela deficiência física (2.570) e a deficiência auditiva (1.538). No ano de 2017 registrou-se maior incidência da matrícula de estudantes com deficiência física (4.842), seguida pela baixa visão (4.832) e deficiência auditiva (1.884).

Em relação à região Centro-Oeste, em 2013 havia um número maior de estudantes com baixa visão (401), seguido por deficiência física (185) e cegueira (103). Ainda na região citada, em 2017, o maior número de matrículas era dos alunos com baixa visão (472), seguido pela deficiência física (341) e pela deficiência auditiva (166).

No estado de Mato Grosso do Sul, em 2013 havia 359 estudantes baixa visão, 29 com deficiência física, 23 com deficiência auditiva. Em 2017 permanece com maior incidência a baixa visão (324), seguida pela deficiência física (71) e deficiência auditiva (47) (INEP, 2013, 2017).

Quadro 1: Matrículas dos estudantes por deficiência ou necessidade específica nas IPES no Brasil e no Mato Grosso do Sul.

Deficiência ou necessidade específica	Brasil		Centro-Oeste		MS		% MS em relação ao Brasil
	2013	2017	2013	2017	2013	2017	2017
Deficiência física	2.570	4.842	185	341	29	71	1,46
Baixa Visão	3.771	4.832	401	472	359	324	6,7
Deficiência auditiva	1.538	1.884	57	166	23	47	2,5
Cegueira	647	771	103	27	8	7	0,9
Surdez	420	692	74	84	10	35	5,05
Deficiência intelectual	201	562	72	62	-	20	3,55
Superdotação	128	392	16	40	10	23	5,86

Deficiência múltipla	223	198	13	15	-	1	0,5
Autismo infantil	25	142	2	4	-	2	1,4
Síndrome de asperger	15	141	1	22	1	2	1,41
Transtorno desintegrativo da infância	18	117	2	3	-	1	0,85
Surdocegueira	58	45	3	1	1	-	-
Síndrome de rett	4	40	-	-	-	-	-

Fonte: Elaborado pelas autoras, conforme dados do INEP (2013, 2017).

Percebe-se que as deficiências sensoriais, baixa visão, deficiência auditiva e a deficiência física predominam na estatística do INEP, coadunando com o estudo de Cabral, Santos e Mendes (2018). Martins, Leite e Lacerda (2015, p. 1005) apontam em seu estudo, que o número de matrículas dos estudantes com deficiência visual, física e auditiva têm aumentado no decorrer da última década, porque “Os dados referentes às condições de acessibilidade permitem estabelecer uma conexão direta com o tipo de deficiência dos estudantes com o maior número de matrículas em IES”.

Conforme Martins, Leite e Lacerda (2015), Ciantelli e Leite (2016), Pletsh e Melo (2017), o aumento das matrículas no ensino superior, em grande parte se deve a criação das políticas públicas que garantem a proteção e cumprimento dos direitos, garantindo além do ingresso, a permanência no ensino superior, a partir da flexibilização do atendimento das necessidades específicas de cada estudante PAEE.

No ensino superior, as matrículas de alunos com deficiência ainda são escassas, o que pode ser reflexo de uma não escolarização nas primeiras etapas do ensino básico, favorecendo para a repetição ou evasão destes discentes (CRUZ; GONÇALVES, 2013, p. 84).

Porém, cabe destacar que, embora o número dessas matrículas tenha evoluído, elas ainda representam uma carência nesse nível de ensino, segundo os autores Cruz e Gonçalves (2013) e Cabral, Santos e Mendes (2018), ocasionado pela suposta má formação no ensino

básico, com a ausência de articulação, e que muitas vezes resulta na retenção e até mesmo na desistência desses estudantes, não alcançando desse modo o ensino superior.

Considerações finais

Frente as informações apresentadas, conclui-se que a partir dos dados censitários da Educação Superior no Brasil, houve uma diminuição do número de IPES brasileiras, mas em relação ao Mato Grosso do Sul o número permaneceu o mesmo. Percebe-se ainda uma redução no número de cursos nessas mesmas IPES.

Em relação ao número de matrículas e concluintes geral, houve um leve aumento tanto nas IPES brasileiras quanto no Mato Grosso do Sul. Quanto à matrícula dos estudantes PAEE nas IPES brasileiras, na região Centro-Oeste e no Mato Grosso do Sul também tiveram um tímido aumento, mas esse crescimento é bem tímido em relação ao número de matrícula geral.

Por fim, no que se refere ao tipo de deficiência ou necessidade específica dos estudantes PAEE, as deficiências sensoriais, baixa visão, deficiência auditiva e a deficiência física são as que aparecem com maior incidência.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, em 07 de janeiro de 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2017.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

_____. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Educação Superior Brasileira: 1991-2004**. Brasília: Inep, 2006.

CABRAL, L. S. A.; SANTOS, V.; MENDES, E. G. Educação especial na educação superior: podemos falar em democratização do acesso? **Revista Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados, v. 8, n. 23 p.111-126, maio/ago. 2018.



CABRAL, L. S. A. Políticas de ações afirmativas, pessoas com deficiência e o reconhecimento das identidades e diferenças no ensino superior brasileiro. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 26(57), 2018.

CABRAL, L. S. A.; SANTOS, B. C. Instrumentos informatizados institucionais para a identificação de necessidades educacionais de estudantes universitários. **Inc. Soc.**, Brasília, v. 11 n. 1, p. 105-117, jul./dez. 2017. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4084>> Acesso em: 10 mar. 2018.

CIANTELLI, A. P., C.; LEITE, L. P. Ações Exercidas pelos Núcleos de acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 22, n. 3, p. 413-428, jul./set. 2016.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censos demográficos**. 2016. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=go>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTINS, D. A.; LEITE, L. P.; LACERDA, C. B. F. Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.23, n. 89, p. 984-1014, out./dez. 2015.

PLETSCH, M. D.; MELO, F. R. L. V. de. Estrutura e Funcionamento dos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais da Região Sudeste. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 12, n. 3, p. 1610-1627, jul./set. 2017.

SANTOS, J. B. Inclusão e preconceito na universidade: Possibilidades e limites para estudantes com deficiência. In: MIRANDA, T. G. GALVÃO FILHO, T. A. (orgs). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

Enviado: 30/06/2020

Aceito: 31/08/2020